

CAPÍTULO A2

ANTECEDENTES SOCIOECONÔMICOS

2.1 Situação Socioeconômica do Brasil

O Brasil possui um vasto território de aproximadamente 8,55 milhões km² (cerca de 22 vezes maior do que o Japão), sendo dividido em cinco grandes regiões : Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, das quais a Região Norte é a maior em extensão com uma superfície de aproximadamente 3,85 milhões km², o que corresponde a aproximadamente 45% do território nacional. Entre as regiões geográficas, existem notáveis diferenças, não só pelas condições naturais mas também em condições socioeconômicas.

O Brasil é um país medianamente industrializado, com uma população de aproximadamente 160 milhões de habitantes (1994), onde encontra-se 75% dos habitantes nas áreas urbanas e 25% vivendo no interior ou nas áreas rurais. Desde o recenseamento de 1991, o crescimento demográfico constatou taxa média da ordem de 1,4% a.a, mas nos últimos 3 anos a população vem crescendo com taxas mais moderadas, da ordem de 1,0% a.a.

Sendo o maior país da América do Sul, o Brasil vem desempenhando um papel de liderança e, no âmbito nacional vem implantando diversas medidas, visando alcançar um desenvolvimento socioeconômico estável. O PIB per capita está estimado na ordem de US\$ 4.120 (1998) em média nacional.

O quadro abaixo ilustra os índices socioeconômicos básicos do país.

Tabela A2.1-1 Principais Índices Socioeconômicos

Item/Área	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Centro-Oeste	Região Sul	Total Nacional
Área total (1000 km ²) (%)	3,870 (45.3)	1.561 (18.3)	927 (10.9)	1,612 (18.9)	577 (5.8)	8,547 (100)
População (milhão) (%)	12.1 (7.0)	46.2 (28.9)	69.8 (42.7)	11.2 (6.4)	24.4 (15.0%)	163.7 (100%)
Densidade demográfica (habitantes/km ²)	2.7	27.3	42.7	5.9	33.5	18.8
População urbana (%)	62.3	65.2	89.3	84.4	77.2	77.5
População rural (%)	37.7	34.8	10.7	15.6	22.8	22.5
Taxa de analfabetismo (%)	12.4	28.7	8.7	11.6	8.9	14.3
Taxa de crescimento demográfico (%)	2.4	1.1	1.3	2.2	1.2	1.6
Índice de desenvolvimento humano	0.727	0.608	0.857	0.848	0.860	0.739
PIB per capita (US\$)	2,738	1,845	5,744	4,338	4,389	4,122
Distribuição do PIB (%)	4.9	12.7	59.4	7.2	15.9	100

Fonte: Almanaque Brasil 2000

A Região Norte, onde se localiza a Área do Estudo, ocupa 45% do território nacional mas a sua população é de apenas 7% do total nacional. A densidade demográfica é a mais baixa das cinco regiões geográficas. Quanto ao PIB, a Região Norte representa apenas 4,9% do total nacional.

O quadro abaixo mostra as taxas de crescimento do PIB e dos três setores básicos da economia entre 1991 a 1997.

Tabela A2.1-2 Taxa de Crescimento do PIB

Ano	PIB US\$1 milhão	PIB per capita US\$	Taxa de crescimento (%)				Taxa de investimento/PIB (%)
			Total	Agricultura	Indústria	Comércio	
1991	494.009	3.359	0,3	2,8	-1,8	1,6	14,32
1992	489.958	3.280	-0,8	5,4	-3,8	0,0	13,20
1993	510.536	3.368	4,2	-1,0	6,9	3,5	13,85
1994	539.892	3.512	5,8	9,3	7,0	4,2	15,00
1995	562.740	3.609	4,2	5,1	2,0	6,0	
1996	579.622	3.673	3,0	3,3	1,8	3,5	
*1997			4,3	8,1	4,7	2,3	

Fonte: Relatório Anual do Banco Central do Brasil

*Preços de 1995

Nos últimos anos, o Brasil vem apresentando pequenos crescimentos no PIB, em especial o setor agrícola com crescimento relativamente favorável. Este fato indica a potencialidade brasileira para o desenvolvimento agrícola.

O Brasil é dividido em 27 Estados, entretanto existem grandes contrastes econômicos entre eles em função da má distribuição das arrecadações dos impostos e recursos repassados aos estados e municípios, principalmente, os relacionados com o Fundo de Participação do Estado-FPE e o Fundo de Participação de Município-FPM. Para minimizar esta situação, o Governo Federal, tenta através de subsídios, viabilizar algumas ações desenvolvidas pelos estados carentes de recursos financeiros. Como estratégia de desenvolver esses estados, foi lançado pelo Governo Federal, o Plano Plurianual-PPA, que prevê a implantação de Projetos de infra-estrutura nas regiões menos desenvolvidas, dando prioridades aos setores da educação, saúde e saneamento dentre outros.

2.2 Situação Socioeconômica do Pará

2.2.1 Geral

O Pará está situado na Região Norte do Brasil, ocupando uma superfície de 1,25 milhão de km², equivalentes a 24% da Amazônia, sendo que é o segundo maior estado da região depois do Estado do Amazonas. O Pará possui 1.140 mil km² de áreas florestais, ocupando um terço da floresta amazônica. As áreas florestais do Pará são compostas de Terra Firme (83%) e diversos outros tipos de vegetação como Várzea, Manguezais, etc.. A área urbana de Belém, capital do estado, e as industriais, ocupam uma extensão limitada.

O Estado do Pará, foi criado em 1616, na fase inicial do desenvolvimento da Amazônia, e sua capital é Belém, fundada no mesmo ano. Ao lado da construção da Belém-Brasília, Rodovia Transamazônica e os Grandes Projetos implantados no sul e a sudeste do Pará, entre os quais podemos destacar o Projeto Grande Carajás e a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, quando foi formada a estrutura socioeconômica, que tem como características, a agropecuária, a

pecuária de corte e leiteira, bem como a exploração de recursos minerais e florestais da região.

O Estado do Pará conta com uma população de aproximadamente 5,6 milhões de habitantes (1997), sendo que na cidade de Belém concentra-se 1,1 milhão ou cerca de 1/5 do total. A proporção de população entre urbana e rural é de 50:50, caracterizando-se que o percentual da população rural é maior do que acontece nos outros estados. Isto pode ser explicado por dois fatores: (i) o fluxo de migrantes de outros estados que chegam em busca de trabalho na mineração e outras atividades econômicas; e (ii) a migração contínua das áreas urbanas para assentamentos. Por outro lado, deve-se ressaltar também, a existência da população indígena, que vive nas reservas no meio das florestas.

2.2.2 Histórico

O Estado do Pará é composto de uma grande região geográfica, uma das maiores do planeta. Possuindo cerca de 1.284.000 Km², o Pará é o segundo maior estado brasileiro, sendo inferior apenas ao Estado do Amazonas. É maior que muitos países e, se país independente fosse, seria o 18º maior do mundo. Apenas a ilha do Marajó é maior que o Estado do Rio de Janeiro, ou ainda que o Espírito Santo, Alagoas ou Sergipe. Igualmente alguns de seus municípios são maiores que estados brasileiros e/ou ainda países independentes.

Era o ano de 1492 e Cristóvão Colombo havia descoberto a América. Imediatamente a Espanha, país católico, solicita ao Papa Alexandre VI uma bula que lhe garantisse a posse da nova terra. D. João II, rei de Portugal, dirige-se ao Papa dizendo também ter direito. Em 4 de maio de 1493 é assinada a Bula Inter Coetera, que garantia a Portugal as terras que ficassem até 100 léguas a oeste dos Açores e Cabo Verde e as que ficassem além, pertenceriam a Espanha. Insatisfeito, o rei português conseguiu a assinatura de um tratado diretamente com a Espanha, em 7 de junho de 1494, tratado este que ampliava para 370 léguas, o que estabelecia a Bula Papal e que recebeu o nome de Tordesilhas, assinado que foi naquela cidade. O meridiano previsto neste tratado passaria aproximadamente onde hoje se encontra Belém do Pará e Laguna, em Santa Catarina. Assim, antes mesmo do Brasil ser descoberto, uma parte já pertencia a Portugal, e nesta parte já estava um pedaço do Pará.

Depois de descoberto o Brasil, e iniciada a colonização da Amazônia, Portugal e sua colônia brasileira estavam sob domínio espanhol (1580-1640) quando o português Pedro Teixeira, o maior dos bandeirantes da Amazônia, a frente de numerosa caravana sobe o rio Amazonas (1637) até o seu afluente Napo, funda uma povoação em nome da Coroa Portuguesa. O Tratado de Tordesilhas tinha sido ultrapassado e ficou assegurado para Portugal a imensa área que constitui, hoje, a Amazônia Brasileira. O rio Amazonas e seus afluentes, como estrada natural, constituiu o meio que facilitou a penetração da região.

Anos mais tarde Espanha e Portugal resolveram celebrar um novo tratado que estabelecesse os novos limites em suas respectivas colônias na América do Sul. O ano: 1750. O local: Madri. Pelo Tratado de Madri, foram demarcadas as fronteiras do sul, do oeste e do norte brasileiro, dos quais as do norte e do oeste parcialmente dizem respeito à Amazônia. Tal tratado, com exceção das fronteiras do sul, foi ratificado pelo Tratado de Santo Ildefonso, em 1777. Ainda no século XVIII, apenas que no início, ou seja, em 1713, Portugal assinou um outro Tratado, o de Utrech, com a França, estabelecendo os limites entre a Guiana Francesa e a área hoje correspondente ao Estado do Amapá.

Cinco anos depois que Belém foi fundada, o Brasil foi dividido em dois estados: Brasil e

Maranhão. Não foi uma simples divisão administrativa, foi bem mais que isto: foi uma divisão política, já que o novo Estado, o do Maranhão, no caso, não estava subordinado ao do Brasil e se dirigia diretamente a Corte Portuguesa. O Estado mudou de nome várias vezes, sendo os mais importantes: em 1654, ficou sendo Maranhão e Grão-Pará e a capital São Luís; em 1751, passou a chamar-se Grão-Pará e Maranhão e a capital é mudada para Belém; em 1772 nova divisão e nova denominação: Estado do Maranhão e Estado do Grão-Pará, independentes um do outro. Segundo Mário Meireles, historiador maranhense, tal situação perdurou, praticamente, até 1815, após a transferência da família real para o Brasil (1808) e a elevação deste a condição de Reino Unido ao de Portugal e Alagoas, quando então passaram a condição de províncias.

Proclamada a Independência em 1822, a qual o Pará aderiu em 15 de agosto de 1823, a Província continuou com a mesma dimensão, tendo o Amazonas tronado-se autônomo do Pará só em 1850, em meados do Império, portanto. No fim do período imperial e grande parte do período republicano o Pará passou com a área atual mais o Estado do Amapá, que em 1942 se tornaria território federal. E de lá para os nossos dias, ficou o Estado do Pará com a configuração que tem até o momento.

2.2.3 Localização

O Estado do Pará localiza-se entre as coordenadas geográficas de 02° 37' 36" de latitude Norte à 09° 50' 27" de latitude Sul e 46° 03' 18" à 58° 53' 42" de longitude oeste de Greenwich. Possui uma área territorial de 1.248.042 Km², sendo 1.227.530 Km² terrestres e 20.512 Km² de águas internas, equivalentes a 14,66% do território brasileiro. Limita-se ao Norte com a Guiana e o Suriname (através do Planalto das Guianas) e ainda com o Estado do Amapá (através do rio Jari e o Canal do Norte); A Nordeste com o Oceano Atlântico; a Leste, com o Estado do Maranhão (através do rio Gurupi); a Sudeste com o Estado do Tocantins (através do rio Araguaia); ao Sul e Sudoeste com o Estado do Mato Grosso (através do Planalto Central e o rio Teles Pires, respectivamente); a Oeste com o Estado do Amazonas e a Noroeste com o Estado de Roraima.

A capital é a cidade de Belém, localizada à Nordeste do Estado com coordenadas geográficas aproximadas de 01° 27' 20" de latitude Sul e 48° 30' 15" de longitude Oeste de Greenwich.

2.2.4 Patrimônio Natural

A Floresta Equatorial que cobre cerca de 87% do território paraense faz com que o Estado conte com amplos recursos naturais, especialmente os de origem vegetal. No herbário do Museu Paraense EMÍLIO GOELDI (Belém-PA), um dos mais renomados centros de pesquisa zoobotânica da América Latina, estão registradas mais de duas mil espécies da Flora Amazônica, a maior parte colhida em solo paraense. Entretanto, permanecem ainda não catalogadas e até desconhecidas milhares de outras espécies.

Com isso, permanece praticamente virgem um vasto campo para investimentos ligados à exploração e pesquisa da floresta, principalmente nos setores de farmacologia e à fabricação de cosméticos, a quem deve interessar o acervo de oleaginosas e ervas aromáticas abundantes na região. O Estado possui reservas florestais até o momento exploradas de forma incipiente.

2.2.6 Economia do Pará

Em recente ação, o governo do Estado do Pará vem trabalhando para deixar para trás a cultura extrativista e consolidar as cadeias produtivas valorizando a agricultura familiar, investindo em projetos de infra-estrutura e firmando parcerias através dos incentivos fiscais, concedidos a quem conseguir resultados sociais, geração de emprego e melhoria na qualidade de vida do paraense. São parceiros neste processo o frigorífico Redenção, o Curtume Araguaia Industrial. A Companhia Refinadora da Amazonia, empresa do grupo Agropalma, a fábrica Tramontina Belém-SA e a Empresa Poematec.

Calçados genuinamente paraenses no mercado internacional, carros da Mercedes Benz com artefatos de fibra de coco fornecida por comunidades produtoras das regiões do Marajó e nordeste do estado. Portanto, esses quadros demonstram o novo perfil da economia paraense.

A zona rural do estado está ganhando novas cores com as plantações de milho, arroz, soja e café. Agricultores gaúchos, paranaenses e mato-grossenses estão migrando para municípios do nordeste e oeste do Pará e também para a região do Tapajós, todos atraídos pela infra-estrutura criada pelo governo. Os grãos começam a ser colhidos no Polo Paragominas, a safra 98/99 foi de 40 mil toneladas, em 2000 esse número pulou para 84 mil. Para 2001, a previsão é de uma colheita de 140 mil toneladas, ou seja 60% a mais que no ano passado.

O Pará dispõe de 32 milhões de hectares para a área de agricultura. Atualmente é o maior produtor de dendê, Pimenta-do-Reino, Mandioca e Abacaxi bem como a soja que já vem ganhando espaço na região. Plantando em áreas alteradas e de cerrado, o estado possui três grandes polos, que correspondem à metade da soja plantada em todo país. Liderada pelas culturas industriais, a produção agrícola tem expandido o cultivo de frutas, especialmente as exóticas, como açaí, cupuaçu e pupunha.

Segundo os técnicos da Secretaria Executiva de Agricultura-SAGRI, a agroindústria é apontada como o caminho para o desenvolvimento do setor agrícola do Pará. Para facilitar o acesso aos recursos financeiros, o governo tem estimulado a organização de produtores em cooperativas e associações.

Na pecuária o Pará se destaca nacionalmente, com um rebanho de 12 milhões de bovinos, 2 milhões de suínos e 1 milhão de bubalinos. Inicialmente desenvolvida nos campos do Marajó e na região do Baixo Amazonas, a pecuária só passou para a terra firme com a chegada das grandes rodovias estaduais e federais, ocupando a região sudeste do estado. Na pecuária, a capacidade de transformação de capital de giro, é imediata.

Para o desenvolvimento dessa atividade, o principal obstáculo é a falta de investimentos em tecnologia, que o governo vem contornando através da lei de incentivos fiscais e o Fundo de Desenvolvimento do Estado. Outra ameaça tem sido a febre aftosa, mas que já está sendo combatida de forma intensiva para que o rebanho paraense esteja nos padrões exigidos pelo mercado internacional.

Quanto aos recursos minerais, graças ao Estado do Pará, o Brasil figura entre os maiores produtores de bens minerais do ocidente. Isso se deve às suas reservas minerais, de escala internacional. Os principais minerais encontrados em solo paraense são o ferro, a bauxita, o ouro, o manganês e o caulim, além do grande potencial gemológico, principalmente no sudeste do estado. O valor da produção mineral do Pará é o segundo do Brasil. Em 97 foi de US\$ 2,1 bilhões, o que representou 20% do PIB do Estado. As exportações minerais com US\$ 1,8 bilhão em 1997, representaram 80% do total do Pará. A produção mineral atende a dez projetos

industriais e cinco áreas de garimpo, com destaque para o Projeto Carajás e os garimpos do Tapajós.

O Pará como exportador de matérias-primas e de semi-elaborados, ainda não se transformou em uma economia aberta as correntes de comércio internacional. Há vários motivos para isso: primeiro em razão da incipiente concentração de produção logística e de informação, depois pelo número reduzido de empresas que se lançam ao mercado internacional.

O valor das transações comerciais do Pará com o mercado internacional cresceu de US\$ 1,5 milhão em 1991, para US\$ 2,2 bilhões, em 1997. Esse crescimento tem mantido o Estado no patamar de 7^o Estado em volumes de exportações brasileiras. O Estado contribui com aproximadamente 5% das transações comerciais brasileiras no comércio exterior.

A Balança Comercial do estado há muito tem se mostrado superlativarias. As exportações paraenses, na comparação 1997-96, registraram um crescimento de 6,89%, enquanto que as importações experimentaram uma queda de (-) 10,23 %. Já nossas correntes de comércio, se elevaram em 5,6%.

No que concerne a elevação da arrecadação Estadual o ano de 2000 apresentou um crescimento bastante significativo nos últimos 10 anos. Deu um salto de R\$ 1.069 bilhão em 1999 para R\$ 1.232 bilhão em 2000. Para alcançar esse desempenho o Estado fez investimentos que estimularam a atividade econômica e melhoraram a máquina arrecadadora com a modernização da Secretaria Executiva da Fazenda.

A economia paraense tem crescido 6% ao ano, enquanto a média anual registrada no país é de 2% a 3%. O Estado acredita estar realizando uma revolução silenciosa. Agroindústria, verticalização da produção mineral e incremento do turismo são o tripé do projeto de desenvolvimento do governo, que nos últimos seis anos tem mudado a cara do Pará.

Quanto ao turismo, o Pará abriga alguns dos mais expressivos afluentes do Rio Amazonas, como o Tapajós o Trombetas, o Nhamunda e o Xingu, o Araguaia e o Tocantins, além de incontáveis lagos e lagoas. Neste cenário de rios abundantes e fartura de peixes, aparecem com frequência os amantes da pesca esportiva. Um dos locais aprazíveis para desenvolver essa atividade, com a presença de brasileiros e estrangeiros é o Lago da Hidrelétrica de Tucuruí. É o torneio de pesca esportiva da Amazônia, sendo o maior evento especializado do calendário regional. Tudo dentro da filosofia do pesque e solte, para garantir a reprodução dos peixes e a pescaria de futuras gerações.

O Governo do Pará desenvolve um programa especial para a pesca esportiva , com incentivos e um programa de controle ambiental. A pesca, que a cada ano aumenta a demanda para essa atividade, é também um dos caminhos para se incrementar o turismo na região. Podemos citar além do lago de Tucuruí, outras localidades existentes no Estado do Pará, tais como: Lago de abuí no Município de Oriximiná, Lago do Caraype, Rio Araguaia/Itaipava, no Município de Piçarra e o sítio pesqueiro Cotovelo/Rio Xingu, localizado no Município de Altamira.

O Estado do Pará registrou um PIB per capita em 1998 na ordem de US\$ 2.524, que não alcançou nem a metade da média nacional de US\$ 4.100 e é menor do que a metade na região norte. Isso indica que as condições socioeconômicas no Pará são de baixo nível em comparação com as demais regiões do Brasil.

Dentro dos setores da economia do Estado do Pará, podemos destacar a mineração que representa a maior reserva mineral do Brasil onde destacamos: Bauxita 75%, Cobre 73%, Ferro 46%, Manganês 27% e 30% de ouro, enquanto os minerais não metálicos estão representados com os seguintes percentuais: Gipsita 62%, Cristal de rocha 53% e 49% de Caulim. Situado na parte meridional da Área de Estudo, está localizado a Serra dos Carajás, a maior província mineral do planeta. Entretanto, deve-se salientar, que a exploração desses recursos minerais, outrora contribuíram de certa forma para a degradação do meio ambiente na região, trazendo a reboque, doenças endêmicas tais como: malária, febre amarela, leishmaniose e dengue dentre outras.

Destaca-se também o sistema de energia elétrica, que possui um potencial hidrelétrico na ordem de 62 milhões de KW, onde a hidrelétrica de Tucuruí, a maior do mundo, gera atualmente 4 milhões de KW, funcionando apenas 50% de sua capacidade de geração de energia, mas está previsto a implantação de mais duas turbinas, completando sua capacidade máxima que é de 100%, destinando parte sua energia para as regiões sul e sudeste do país.

Quanto ao setor pesqueiro cerca de 40% da população paraense sobrevivem da pesca artesanal, vivendo agregados em pequenos povoados ou dispersos nas margens de rios e igarapés. A produção atual é pequena diante da potencialidade existente, o que equivale a 50% do total da região norte. Com relação a agropecuária paraense, ela é praticada sob forma de empreendimentos de grande envergadura, destacando-se a rizicultura, a fruticultura e a pecuária bovina sem confinamento e em vastas áreas.

A exploração madeireira, ainda remanescente de algumas reservas florestais, contribuí para o aumento da arrecadação estadual, através da geração de emprego, renda e cobrança de impostos. Apresenta graves problemas, como o corte ilegal pelos madeireiros, bem como, o transporte clandestino.

2.2.7 Perfil Econômico Atual

Este resumo histórico nos conduz à fase atual da economia regional. Vale lembrar alguns pontos essenciais de infra-estrutura econômica e social da região, que modela a condução de negócios privados.

Nesse contexto, destacam-se no interior paraense, dois pólos urbanos principais. As cidades de Santarém no oeste paraense e Marabá no leste, que em maior ou menor escala passaram a ter importância regional em função de fatores como localização, acesso, rotas de transportes de cargas e passageiros, infra-estrutura econômica e de serviços. Estas cidades atraíram contingentes migratórios significativos, explodindo suas capacidades de atendimento de demandas regulares de serviços de educação, saúde, segurança, emprego, e outros.

2.3 Plano Nacional De Desenvolvimento

2.3.1 Caracterização

O governo federal vem dando nos últimos anos a prioridade às políticas para combater a inflação crônica. Desde a transformação de Governo a redemocratização do país, foram adotadas várias políticas de estabilizar a economia. Atualmente encontra-se na segunda etapa do Plano Real que teve o início em 1994. A economia brasileira após a implantação do Plano

Real é caracterizada pela estabilização monetária, a inflação controlada, o livre comércio exterior e globalização dos mercados, e a descentralização dos poderes, orçamento reduzido, a vitalização de investimentos através do uso de recursos do setor privado e as reformas políticas.

No setor agrícola, devido à política de alta taxa de juros aplicada em crédito rural e a suspensão de subsídios ao setor, o baixo preço de grãos devido à substituição pela importação, a maioria de produtores rurais ficaram endividados, resultando em aumento das dívidas inadimplentes. O setor agrícola, que representava uma parte importante na exportação, passou a induzir a deterioração na balança comercial, reduzindo oportunidades de emprego nas áreas rurais, portanto o fortalecimento do setor agrícola é extremamente importante. O governo federal adotou certas medidas para resolver dívidas inadimplentes, aumentar os recursos destinados para crédito rural, implantar a rede de eixos viários, visando a melhoria na distribuição e fortalecendo a competitividade do setor agrícola brasileiro. No aspecto social das áreas rurais, estão sendo implementadas as políticas que visam amenizar as disparidades sociais e regionais e, as medidas foram tomadas no setor de infra-estrutura e no setor agrícola, que possam aumentar o investimento nas áreas mais pobres do país.

2.3.2 Plano de Ação Plurianual (PPA-2000-2003)

O Plano de Ação Plurianual elaborado no segundo mandato do presidente Fernando Henrique objetiva o desenvolvimento sustentável da economia para resolver problemas existentes no país, valorizando os recursos e características de cada região. Plano de Ação Plurianual (PPA: 2000 a 2003), que é o plano nacional de desenvolvimento do Brasil, tem como base o Estudo de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento : Eixos 2000 ~ 2007.

A idéia dos eixos caracteriza-se em tentar abordar o problema das disparidades regionais de um novo ponto de vista, com a atenção especial à geografia econômica do país e ao fluxo dos bens e serviços (fluxo de cargas), deixando de lado, pelo menos de momento, as divisas administrativas, tais como as fronteiras estaduais e outras demarcações afins. Portanto, os limites das 9 áreas geográficas não sempre coincidem com as divisas estaduais. A Área do Estudo pertence ao Eixo Centro-Oeste (Araguaia-Tocantins) e à Parte Oeste, e não ao Eixo Amazonas. Os eixos apresentam a visão estratégica a longo prazo e a direção futura do desenvolvimento nacional.

Os Eixos tem 4 setores indispensáveis para o desenvolvimento sustentável implantado no período de 8 anos : (i) infra-estrutura econômica (transporte, energia, comunicação); (ii) desenvolvimento social (educação, saúde, saneamento, habitação popular); (iii) proteção ambiental e (iv) informação e conhecimentos e, para cada setor estão listados diversos projetos. O plano prevê o investimento total de US\$ 180 trilhões, oriundo do setor público e privado, no período de 8 anos. Os 50% estão previstos deverão provir do setor privado. A infra-estrutura econômica representa 59% do total.

Por outro lado, o PPA é o plano que estabelece a estratégia federal de desenvolvimento do período de 4 anos. Prevê o investimento total de R\$ 1.113 bilhões e, 365 projetos no total. O PPA tem suas metas estratégicas, e suas linhas básicas são as seguintes:

- a. O Crescimento estável da economia (estabilização econômica) : Objetiva melhorar finanças e manter o crescimento econômico através de resolver condições de inflação, da balança de pagamento internacional e da dívida pública.

- b. O Crescimento econômico com a distribuição de renda corrigida social e regionalment :
Objetiva a geração de emprego e renda, corrigindo a disparidade regional.
- c. O Crescimento econômico com a melhoria de competitividade e a produtividade:
Objetiva estabilizar a economia brasileira através de formação das indústrias competitivas no mercado internacional, em termos de qualidade, custo e eficiência. A infra-estrutura necessária para este objetivo será implantada com o uso de recursos privados.
- d. O Crescimento econômico dando consideração ao meio ambiente.

Como as medidas para atingir os objetivos, foram estabelecidos os seguintes itens : implantação da infra-estrutura econômica, estruturação de conhecimentos e informações, introdução de conceito do Eixos de desenvolvimento, fortalecimento de programas de desenvolvimento social, administração financeira responsável, exploração e proteção dos recursos naturais e participação das iniciativas privadas. No cenário macroeconômico, visa a estabilização de preços (inflação de 3%), a estabilidade da taxa de crescimento econômico (por volta de 5%), a geração de emprego (aumento anual de 2,7%) , o aumento de renda, a expansão de exportação e o controle das finanças.

Os Eixos e o PPA são caracterizados em considerar a proteção ambiental como oportunidade de investimento. O básico está no conceito de explorar protegendo os recursos naturais através de instalação de parques nacionais, de pesquisa de biotecnologia ou ecoturismo, onde possa gerar o emprego e a renda. Para uma visão mais clara do significado dos números citados neste documento é conveniente ressaltar três diferentes instrumentos de planejamento e orçamento adotados pelo governo.

O portfólio dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento apresenta um conjunto de projetos integrados, que são necessários ao desenvolvimento sustentável do país, num prazo de oito anos. A alocação de recursos para O Plano Plurianual-2000-2003, é na ordem de R\$ 1.113 bilhões para os próximos quatro anos que será feito em parceria com o setor público e privado para atingir os objetivos de 365 Programas e os dispêndios globais e estão distribuídos da seguinte maneira:

Dispêndios Globais (R\$ milhões)

Anos	Recursos (R\$ milhões)
2000	248.886
2001	274.719
2002	289.452
2003	300.266
Total	1.113.323

Dispêndios Globais por Fontes de Recursos, R\$ milhões

Fontes	Recursos (R\$ milhões)
Fiscal/Seguridade	741.592
Fundos	32.248
Empresas Estatais	117.572
Parcerias	115.436
Agências Oficiais de crédito	96.507
Renuncia Fiscal	9.974

Total	1.113.323
-------	-----------

O plano em sua concepção mobiliza recursos do setor privado, Estados e municípios. Essa conjugação de recursos é decorrente do novo modelo de atuação do Estado, os recursos também as despesas de pessoal identificados como custos necessários á obtenção dos resultados pretendidos. Os dispêndios totais para o período de quatro anos estão na proporção distribuídos entre os três poderes:

Executivo-96,7 % Legislativo-0,7% Judiciário-2,6%

No âmbito do Poder Executivo, o plano deverá contar com R\$ 1.077 bilhões, distribuídos em quatro modalidades:

- Os Programas Finalísticos tem o objetivo de atender as demandas da sociedade.
- Os programas de gestão de políticas públicas, são ações do governo para a formulação, coordenação, supervisão e avaliação de políticas públicas.
- Os Programas de Serviços ao Estado, objetiva prestar serviços ao próprio Estado por organizações criadas para esse fim.
- Os Programas de Apoio Administrativo cujas ações colaboram para a consecução dos objetivos dos demais Programas

Dispêndio de Programas, R\$ milhões

Programas	Recursos (R\$ milhões)	Participação (%)
Finalísticos	984.927	91,5
Gestão de Políticas Públicas	5.216	0,5
Serviços ao Estado	5.414	7,5
Apoio Administrativo	81.461	7,5
Total	1.077.018	100

**Dispêndios em Programas Finalísticos,
inclusive previdência, R\$ milhões,**

Programas	Recursos (R\$ milhões)
Agências Oficiais de Crédito	95.557
Fiscal/Seguridade	614.298
Fundos	32.194
Estatais	117.564
Parcerias	115.339
Renuncia Fiscal	9.974
Total	984.926

Se excluirmos os gastos previdenciários, para se ter uma medida da efetiva ação do governo em Programas Finalísticos, observamos que o Plano Plurianual 2000-2003 prevê um montante de R\$ 613,5 bilhões, assim distribuídos:

**Dispêndios em Programas,
Exclusive Previdência, R\$ milhões,**

Programas	Recursos (R\$ milhões)
Agências Oficiais de Crédito	95.557
Fiscal/Seguridade	242.846
Fundos	32.194
Estatais	117.564

Parcerias	115.339
Renuncia Fiscal	9.974
Total	613.474

No tocante às áreas de atuação do Poder Executivo, a alocação de recursos aos Programas Finalísticos, consideradas todas as fontes, inclusive de parcerias, fundos e agências de financiamento e apresentada na tabela abaixo:

Alocação de Recursos aos Programas Finalísticos

Programas	Recursos (R\$ milhões)
Desenvolvimento Social	585.019
Infra-Estrutura Econômica	212.017
Meio Ambiente	3.353
Informação e Conhecimento	15.537
Setor Produtivo	134.838
Justiça e Cidadania	4.039
Relações Exteriores e Defesa Nacional	8.319
Outros	21.804
Total	984.926

A seguir a tabela abaixo demonstra a distribuição de recursos de acordo com as principais áreas.

Desenvolvimento Social, R\$ milhões

Áreas	Recursos (R\$ milhões)
Saúde	78.007
Esporte e Lazer	249
Educação	36.172
Previdência Social	372.172
Assistência Social	17.927
Habitação e Urbanismo	21.480
Saneamento	6.852
Trabalho e Emprego	47.659
Reforma Agrária	4.501
Total	585.019

Como mencionado anteriormente, estão computados como Previdência Social, os dispêndios com a Previdência Social Básica, a Previdência Complementar e os inativos, pensionistas e pensões especiais da união. Sob o título do trabalho emprego, incluem-se todos os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, dos Orçamentos Fiscais da Seguridade distribuídos da seguinte maneira:

Infra-Estrutura Econômica, R\$ milhões

Área	Recursos (R\$ milhões)
Transporte	36.856
Energia	165.317
Telecomunicações	6.313
Infra-Estrutura Hídrica	3.531
Total	212.017

A participação reduzida dos investimentos em telecomunicações decorre da transferência

desses serviços à iniciativa privada. Tão importante quanto o volume de recursos previsto para informação e conhecimento é a predominância dos dispêndios em Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, orientados pela demanda do setor produtivo e, sobretudo, pela necessidade de melhoria na qualidade de vida dos brasileiros. Na tabela abaixo podemos visualizar recursos distribuídos conforme a área.

Informação e Conhecimento, R\$ milhões

Área	Recursos (R\$ milhões)
Desenvolvimento Científico	2.868
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	12.428
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	241
Total	15.537

Quanto ao setor produtivo, a grande participação dos recursos na área de Comércio e Serviços, resulta da forte presença das Agências Oficiais de Crédito no financiamento de importantes programas para o país, em especial no estímulo às exportações.

Setor Produtivo, R\$ milhões

Setores	Recursos (R\$ milhões)
Agricultura	42.346
Comércio e Serviços	67.750
Indústria	24.742
Total	134.838

A expansão da indústria cultural está na origem da grande participação da cultura na área de Justiça e Cidadania.

Justiça e Cidadania, R\$ milhões

Setor	Recursos (R\$ milhões)
Ordem Jurídica e Direitos da Cidadania	787
Segurança pública	1.044
Cultura	2.208
Total	4.039

Os dispêndios passíveis de regionalização no período de quatro anos, levam em conta os Programas Finalísticos, inclusive Previdência, e os recursos provenientes de todas as fontes. Cabe esclarecer que os dispêndios incluem as transferências constitucionais. Do total de R\$ 984,9 bilhões alocados aos Programas Finalísticos, somente R\$ 267,7 bilhões, correspondentes a 27,2% do total, são passíveis de regionalização. Contudo, se forem excluídos R\$ 372,2 bilhões alocados a Previdência, cuja localização independe de Políticas Públicas, o dispêndio regionalizado para o período aumenta para 43,7%.

Dispêndios por Região, R\$ milhões

Regiões	Recursos (R\$ milhões)	Participação nos Recursos(%)
Norte	32.137	12,0
Nordeste	65.893	24,6
Centro-Oeste	25.885	9,7
Sudeste	87.462	32,7
Sul	56.371	21,1
Total	267.748	100

Na Região Norte observa-se a predominância dos dispêndios em Infra-Estrutura Econômica, revelando o estágio de adensamento econômico da região, e as carências especialmente nas áreas de energia e transporte.

Dispêndios na Região Norte, R\$ milhões

Áreas	Recursos (R\$ milhões)	Participação (%)
Desenvolvimento Social	9.621	30,9
Infra-Estrutura Econômica	15.042	48,3
Meio Ambiente	177	0,6
Informação e Conhecimento	68	0,2
Setor Produtivo	6.098	19,6
Justiça e Cidadania	6.098	19,6
Outros	133	0,4
Total	32.906	100

Dispêndios das Outras Regiões, R\$ milhões

Áreas / Região	Nordest	(%)	Centro-Oeste	(%)	Sudeste	(%)	Sul	(%)
Desenvolvimento Social	33.470	54,5	8.877	36,8	45.269	51,7	16.356	29,1
Infra-Estrutura Econômica	13.879	22,6	10.104	41,8	26.611	30,4	26.356	46,8
Meio Ambiente	1.061	1,7	316	1,3	129	0,2	60	0,1
Informação e Conhecimento	149	0,2	37	0,2	117	0,2	106	0,2
Setor Produtivo	9.369	15,3	4.656	19,3	15.174	17,3	13.336	23,7
Justiça e Cidadania	204	0,3	145	0,6	189	0,2	82	0,1
Outros	4.528	-	1.786	-	812	-	78	-
Total	65.897	100	25.921	100	88.301	100	56.374	100

No Nordeste a distribuição de recursos espelha a vontade do governo de enfrentar as principais carências da região: Desenvolvimento Social e Infra-Estrutura Hídrica. No Centro-Oeste, destaca-se a forte participação dos recursos destinados á infra-estrutura, refletindo a sua vocação para a Integração Nacional. Na região Sudeste, mostra a distribuição mais equilibrada entre ás áreas típicas de região mais dinâmica. A menor presença do governo no setor produtivo, se comparada com as demais regiões, revela o estágio de desenvolvimento do Sudeste. Quanto a Região Sul, a distribuição de recursos, demonstra o esforço de investimentos nos setores de energia e transporte, imprescindível para que a região possa tirar proveito do processo de Integração Internacional, no âmbito do Mercosul.

Finalmente, é importante mencionar que o Plano Plurianual, além de orientar a alocação de recursos para o desenvolvimento, deverá desencadear nova forma de gestão do estado, orientada para resultados no interesse da sociedade, tendo como base os Programas que integram Planos e Orçamentos.

2.4 Condições do Setor Agrosilvopastoril

2.4.1 Informações Gerais

O desenvolvimento do setor agrosilvopastoril do Brasil sempre foi afetado não somente pelas condições naturais, a diferença da estrutura social e a aceitação do desenvolvimento agrosilvopastoril da população, mas também pelo sistema administrativo bastante complexo do

governo federal, estadual e municipal. Apesar do vasto território brasileiro, a população rural representa apenas 25% da total. Existe uma grande porção de terras disponíveis, mas existem diversas condições naturais restritivas. Consequentemente as áreas utilizadas para o cultivo agrícola representam menos de 8% da superfície total do país. Por outro lado, as áreas florestais e de pastos representam respectivamente 65% e 18%. Este é o quadro geral do setor agrosilvopastoril do Brasil.

O enfoque de desenvolvimento nos setores de agricultura, pecuária e silvicultura varia muito dependendo da região e as diferentes condições socioeconômicas. Por exemplo, na região sudeste que contem as grandes centros urbanos e na região sul com áreas espaciais limitadas, a agricultura moderna está sendo praticada em grande escala. Por outro lado, na região nordeste e norte que inclui a Área do Estudo, a principal operação é da atividade mista e rudimentar de agrosilvopastoril, devido a poucas experiências na exploração agrícola. A deterioração ambiental causada pelo desenvolvimento agrícola vem incentivando a exploração agrosilvopastoril que visa a proteção ambiental.

As políticas agrícolas favoreceram historicamente o uso de terras visando a formação de produtores de médio e grande porte, sendo insuficiente o apoio ao pequeno produtor e assentados. A política básica de desigualdade continua a vigor até hoje. Por outro lado, as áreas florestais, que ocupam 65% do território nacional, possuem potenciais como recursos regionais do norte e nordeste, possibilitando diversos desenvolvimento além do setor de silvicultura e madeireiro.

2.4.2 Histórico da Política Agrícola

A essência da política agrária brasileira é composta por 3 sistemas: financiamento agrícola, seguro agrícola e garantia de preços mínimos. Os primeiros dois sistemas são operados pelo SNCR (Sistema Nacional de Crédito rural) e o terceiro pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento).

O sistema de financiamento agrícola, fundado em 1965 com o nome de SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), servia para fomentar a agricultura, oferecendo crédito com a função de subsídios (taxa de juros extremamente baixa a 2,3% a.a.). Porém o sistema passou a não poder cumprir o seu objetivo de corrigir a disparidade regional e social, devido a incidência de irregularidades e aplicação com desigualdade regional e social. O governo reduziu a disponibilidade de recursos destinados ao crédito rural em 1980 e, revogou em 1985 o sistema de crédito rural que era operado pela taxa de juros negativa, transformando o sistema para considerar a taxa de inflação. Para proteger e apoiar o setor, foram introduzidos PROAGRAO (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária) e PGPM (Política de Garantias de Preços Mínimos).

Posteriormente, foram instalados os sistemas de Cadernetas de Poupança Rural em 1986 e, no ano 1989 foram fundados os Fundo Constitucional de Financiamento para o Desenvolvimento Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Ao mesmo tempo, foram implantados demais sistemas e fundos tais como : sistema de depósito DER, o fundo de mercadorias, diversos programas e fundos de apoio à agricultura. Entretanto a partir de 1990, a taxa de juros do crédito rural começou ultrapassar o índice de preços aos consumidores, levando muitos produtores a tornarem-se inadimplentes. Em 1995, o governo ressuscitou o programa de financiamento para produção agrícola de taxa reduzida, com o objetivo de fomentar o cultivo de algodão, arroz, feijão, milho e trigo. Mais tarde, após 1996, o governo publicou as medidas

de salvar dívidas possibilitando o pagamento diferido, porém apenas essas medidas não são suficientes para salvar produtores individualizados.

O Governo, levando em consideração a importância do crédito rural no setor agrícola, implantou as medidas necessárias para aumentar a verba destinada ao crédito rural e para possibilitar a introdução de recursos externos, possibilitando a captação de recursos através da emissão de cédulas de produtos agrícolas. Também procura estabelecer a taxa fixa de juros para o crédito de curto prazo.

Devido ao orçamento reduzido, o governo mantém a postura de limitar o máximo possível o investimento de desenvolvimento inclusive no setor agrícola, dentro de estratégias de desenvolvimento a longo prazo. Além disso, identifica as características do setor agrícola de cada estado, através dos órgãos relacionados ao setor, para revisar as medidas a longo prazo, buscando a melhoria das condições circundantes à produção agrosilvopastoril para minimizar a interferência governamental no mercado.

2.4.3 Diretrizes Básicas da Política Agrícola

As diretrizes básicas da política agrícola estão baseadas em : a expansão da produção de alimentos, a manutenção das estratégias de exportação, o fomento da agricultura sustentável, a preservação dos recursos naturais e a geração de empregos. Para alcançar essas metas, prioriza a revisão do crédito rural, a reestruturação da tarefa do governo nos setores de comercialização e de ofertas, a redução das taxas de juros.

A implementação da política será orientada basicamente pelas iniciativas privadas, prevendo as seguintes medidas :

- a. Redução do Custo Brasil. Implantação de taxas fixas de juros e a redução dela para o crédito rural. Realização de zoneamento agro-ecológico no qual possa ser aplicado PROAGRO (Programa de Apoio à Atividade Agropecuária) e, a emissão de CPR (Cédulas de Produtos) para facilitar a obtenção de recursos financeiros pelos produtores. Na área do sistema tributário, a isenção de ICMS para exportação de produtos básicos e semi-acabados.
- b. Redução de despesas administrativas para manter o nível de renda de produtos e modernizar o funcionamento de comercialização.
- c. Melhoria da eficiência da infra-estrutura, para a qual a privatização das ferrovias e instalações portuárias e, a exploração multimodal de rodovias, ferrovias, hidrovias e portos.

No setor de crédito rural, está implementando a política de aplicar financiamento que atenda a necessidade de cada produtor. PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Família, tendo como beneficiários os pequenos produtores de baixa renda), PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda) e outros programas específicos para reforma agrária oferecem condições favoráveis de financiamento.

Para os produtores competitivos, o governo tem medidas que facilitam a captação de recursos no mercado financeiro pelas iniciativas privadas para não depender dos recursos públicos. Incluem as medidas para captação de recursos externos, crédito na Soja Verde e a facilitação de Cédula de Produtor Rural, etc. Além disso, existem medidas de investimento fixo para sindicatos e/ou associações de produtores e, o financiamento para proteção ambiental (FNO).

Como a política de mercado, com a finalidade de estabilizar os preços, foram introduzidos Aquisições pelo Governo Federal (AGF), e o Empréstimo do Governo Federal e Compra Futura (EGF/COV) para manter e complementar o Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Além disso, no ano agrícola de 1996/97, foi implantado o Prêmio de Escoamento do Produto (REP) visando a estabilidade de preços.

As políticas adotadas recentemente incluem a de financiamento de Custeios Agrícolas, Securitização referente a dívida de produtor, introdução de recursos externos, implantação de Cédula de Produto Rural e as políticas ligadas à comercialização como o PEP.

Por outro lado, o MERCOSUL, instalado em janeiro de 1995, removeu as barreiras aduaneiras junto com Argentina, Uruguai e Paraguai, colocando a agricultura brasileira no cenário de liberalização. Além disso, o plano do maior bloco econômico FTAA está previsto a iniciar em 2005. A agricultura do Brasil precisa estruturar a forte base para que possa sobreviver no cenário de economia livre e, para isso está começando acontecer a remodelação da política agrícola.

2.5 Programa Nacional de Florestas - PNF

Através do Decreto nº 3.420 de 20 de abril de 2000, publicado no Diário Oficial da União em 22 de abril de 2000, o Presidente da República criou o Programa Nacional de Florestas – PNF, com a missão de promover o desenvolvimento sustentável, conciliando a exploração com a proteção dos ecossistemas e a compatibilização da política florestal com os demais setores de modo a promover a ampliação do mercado interno e externo e o desenvolvimento institucional do setor.

Previsto para atuação em todo o Brasil, o PNF possui um orçamento total de R\$ 267 milhões, para o período de 2000 a 2003 e trabalhará no estímulo ao manejo de florestas nativas e no aumento da oferta de produtos florestais oriundos de florestas plantadas, principalmente no centro-sul do país.

Os objetivos específicos do PNF são os seguintes:

- a. Promover o uso sustentável de florestas naturais, incluindo a ampliação das Florestas Públicas de Produção e a modernização das indústrias de base florestal;
- b. Expandir as atividades de reflorestamento em pequenas e médias propriedades rurais, especialmente em áreas degradadas pela atividade agropecuária não sustentável, incluindo o apoio às associações de reposição florestal e parcerias de pequenos e médios produtores rurais com indústrias de base florestal;
- c. Recuperar as florestas em áreas de preservação permanente;
- d. Apoiar o aprimoramento dos sistemas de produção, beneficiamento e comercialização das populações tradicionais que vivem na floresta;
- e. Reduzir o desmatamento, os incêndios florestais e a extração predatória de produtos florestais em áreas privadas;
- f. Desenvolver as indústrias de base florestal, incluindo desde a produção industrial em grande escala, até a produção artesanal de pequena escala de produtos florestais;
- g. Ampliar o mercado interno e externo de produtos florestais, especialmente através do uso de sistemas de certificação sócio-ambiental independente;

- h. Valorizar os serviços ambientais das florestas, especialmente o seqüestro de carbono, a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos;
- i. Modernizar e ampliar os sistemas de informações, apoiando a integração das bases de dados e
- j. Fortalecer as instituições florestais, especialmente aquelas relacionadas com o desenvolvimento e difusão de tecnologias florestais.

Ainda em fase de estruturação, pelo Ministério do Meio Ambiente, esse programa certamente representará um marco importante no desenvolvimento florestal brasileiro, em particular na região Amazônica.

2.6 Desenvolvimento na Região Amazônica

2.6.1 Histórico do Desenvolvimento da Região Amazônica

O processo de desenvolvimento da região amazônica foi sempre marcado pela interferência direta do Estado, notadamente o Governo Federal.

As políticas de desenvolvimento implementadas nas últimas décadas, geraram um acelerado crescimento econômico e demográfico com a diversificação e modernização da estrutura produtiva, a implantação de grandes redes de circulação espacial-rodoviária, telecomunicações e urbana. A Amazônia industrializou-se e urbanizou-se, embora continue como fronteira e como um espaço aberto, em que dominam as relações externas com outras regiões brasileiras ou com o exterior.

Os planos de desenvolvimento, impostos pelo Governo Federal, foram direcionados para favorecer a implantação dos “grandes projetos”, por meio de subsídios e incentivos fiscais governamentais e do acesso facilitado a terras para grandes grupos privados. Merece destaque, entre outros, a construção das Rodovias Transamazônica e Perimetral Norte, o Projeto Grande Carajás, a Hidrelétrica de Balbina, o garimpo de ouro em Serra Pelada e os grandes projetos de colonização do INCRA na Amazônia Ocidental. Dentre as principais conseqüências destacam-se: a concentração fundiária e o aumento dos conflitos no campo; a aceleração do desmatamento; a desorganização do espaço social e cultural das comunidades locais; os desequilíbrios ecológicos causados pelas hidrelétricas; a poluição de rios por mercúrio; a pauperização da população rural e o inchaço das cidades.

A partir de 1990, iniciou-se um processo de desregulamentação da economia e enxugamento do Estado, ingredientes necessários às políticas de ajuste. Os incentivos regionais foram drasticamente reduzidos a partir dessa data, devido à imposição de restrições ambientais em sua implementação e à urgência da crise fiscal do país.

O processo de redemocratização do país foi determinante para a alteração de políticas setoriais e globais que por décadas nortearam o desenvolvimento da região. A ampliação da capacidade de articulação e pressão da sociedade civil, expressa na explosão do número de organizações não governamentais e movimentos sociais, fez com que a transparência dos processos decisórios do país, em geral, e da região amazônica, em particular, se ampliasse, procurando, também, ser mais receptivo às demandas das populações e comunidades locais.

2.6.2 Diretrizes Básicas do Desenvolvimento na Região Amazônica

A atual estratégia de desenvolvimento do país, e em particular da região amazônica, se concentra em seis diretrizes básicas, expressas no Programa Avança Brasil e no Plano de Ação Plurianual do Governo para o período 2000 a 2003:

- a. consolidar a estabilidade econômica com crescimento sustentado;
- b. promover o desenvolvimento sustentável voltado para a geração de empregos e oportunidades de renda;
- c. combater a pobreza, promover a cidadania e a inclusão social;
- d. consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos;
- e. reduzir as desigualdades inter-regionais;
- f. promover os direitos de minorias vítimas de preconceito e discriminação.

Essas diretrizes estratégicas deram origem a grandes objetivos setoriais, a serem alcançados nos próximos anos, por intermédio de programas e projetos especiais.

2.6.3 Plano de Desenvolvimento do Estado do Pará

O Governo do Estado tem um instrumento referencial da programação das atividades, o Plano Plurianual 2000/2003, destinado a norteá-lo e unificar as ações no curto e médio prazos e estar atento às conseqüências de longo prazo das ações realizadas no presente.

A marca fundamental do desenvolvimento repousa num modelo de gestão que busca promover a mais intensa integração das ações governamentais, fortalecendo, assim, os mecanismos de intervenção e transformação da realidade sócio-econômica do Pará, calçada numa relação cooperativa entre Estado e Sociedade.

As diretrizes do Governo que norteiam a ação deste PPA, são:

- a. Desenvolver sem devastar, ou seja a ação predadora compromete o presente e o futuro; a ação de desenvolvimento constrói o presente e o futuro;
- b. Construir a paz social: tanto a desigualdade na distribuição da riqueza, quanto o próprio processo para vencer essa desigualdade geram consideráveis tensões sociais;
- c. Reduzir as desigualdades regionais: redução das desigualdades entre as regiões do Estado envolve um esforço interno para implementar ações espacialmente diferenciadas, reorientando as políticas públicas no sentido de diminuir as diferenças entre as cidades que constituem os pólos regionais.

Os macro objetivos estratégicos que o Governo do Estado se propõe em quatro anos são:

- a. Reformar e modernizar o Estado
- b. Melhorar a qualidade de vida e
- c. Expandir e diversificar a base produtiva.

De tradição extrativista, com uma atividade exportadora ancorada em bens primários, a economia do Estado do Pará precisa mudar para que seja superada a tendência ao extrativismo devastador e para que a atividade econômica agregue valores que permitam o aumento da renda e ampliem sua partilha na sociedade. Portanto, a concepção deste objetivo estratégico envolve

as ações, no âmbito econômico, visando:

- a. Consolidar a fronteira produtiva já aberta, de forma a aumentar o índice de aproveitamento do solo;
- b. Estimular a formação de cadeias produtivas através da verticalização da produção;
- c. Fortalecer a ciência e desenvolver e difundir tecnologias alternativas para a exploração racional dos recursos naturais.

2.7 Estatísticas : Estado do Pará

(1) Finanças Públicas

Arrecadação Estadual, Federal e Municipal 1995-98

Anos	Estadual (R\$)	Federal (R\$)	Municipal (R\$)
1995	565.122.871,00	320.273.890,00	52.972.617,34 (*)
1996	672.428.863,63	289.963.817,00	...
1997	660.997.308,00	...
1998	...	662.474.212,00	...

Fonte: Ministério da Fazenda / SEFA / SEFIN; Tabulação: SEPLAN / Estatística

(*) Refere-se apenas à arrecadação do Município de Belém

Arrecadação de Icms por Setor de Atividade - 1995-98

Anos	Primário(R\$)	Secundário(R\$)	Terciário(R\$) *
1995	68.410.724,75	117.320.150,23	343.595.709,82
1996	57.204.264,54	90.219.884,64	371.271.593,36
1997	251.949.625,78	118.460.110,20	470.276.738,44
1998	212.595.502,50	46.969.217,99	444.688.366,55

Fonte: SEFA * Incluindo outros setores; Tabulação: SEPLAN / Estatística

Transferências do ICMS, FPM E IPI Exportação - 1995-98

Anos	Transferência do ICMS (R\$ 1,00)	Transferência do FPM (R\$ 1,00)	Transferência do IPI Exportação (R\$ 1,00)
1995	158.456.755,00	293.540.542,00	...
1996	183.864.758,06	332.244.538,52	...
1997	167.582.564,49	344.368.055,46	19.090.961,92
1998	171.293.420,10	425.962.926,43	17.625.724,17

Fonte: SEFA/TCU; Tabulação: SEPLAN / Estatística

(2) Demografia

População, Área e Densidade Demográfica (1995-98)

Anos	População (Hab.)	Área (Km²)	Densidade (Hab./Km²)
1995*	5.448.598	1.253.164,50	4,35
1996	5.510.849	1.253.164,50	4,40
1997*	5.650.681	1.253.164,50	4,51
1998*	5.768.476	1.253.164,50	4,60

Fonte :IBGE/SEPLAN; Tabulação e Cálculos: SEPLAN / Estatística; *População Estimada

População Urbana e Rural- 1995/96/98

Anos	Urbana	Rural	Total
1995 *	2.833.271	2.615.327	5.448.598
1996	2.949.017	2.561.832	5.510.849
1998*	3.086.881	2.681.595	5.768.476

Fonte: IBGE/SEPLAN; Tabulação e Cálculos: SEPLAN / Estatística ; * População Estimada

População Residente, por Sexo - 1996

Masculino	Feminino	Total
2.791.945	2.718.904	5.510.849

Fonte: IBGE; Tabulação: SEPLAN / Estatística

Habitantes por Unidades Domiciliares - 1996

Anos	População (Hab.)	Nº de Unidades Domiciliares	Hab./ Unidades Domiciliares
1996	5.510.849	1.142.222	4,82

Fonte: IBGE; Tabulação: SEPLAN / Estatística

(3) **Produção Mineral****Produção E Venda Dos Produtos Da Extração Mineral - 1995**

Substância	Produção (t)		Vendas	
	Bruta	Beneficiada (t)	Quantidade	Valor (R\$)
Água Mineral (l)	44.202.458	44.328.647	44.324.027	6.653.431,56
Argila	...	89.510	89.510	872.145,47
Bauxita Metalúrgica	...	8.535.724	8.429.482	170.393.363,26
Bauxita Refratária	...	325.739	134.977	17.229.740,30
Calcário	...	394.954	394.954	3.511.700,27
Ferro	...	43.229.000	43.128.000	733.704.166,00
Granito (m³)	136	20.217	16.167	631.102,84
Manganês	...	1.501.930	947.040	50.488.496,00
Ouro (Kg)	...	10.086	9.725	105.896.698,46
Quartzito	...	56.163	56.163	730.117,54

Fonte: DNPM ; Tabulação: SEPLAN / ESTATÍSTICA

Produção e Venda dos Produtos da Extração Mineral - 1996

Substância	Produção (t)		Vendas	
	Bruta	Beneficiada	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Água Mineral (l)	41.067.197	45.336.500	45.282.753	9.190.160,91
Argila	...	126.233	126.233	1.233.160,86
Bauxita Metalúrgica	13.572.662	9.603.355	9.635.922	235.291.000,00
Bauxita Refratária	803.576	379.233	142.236	21.288.542,00
Caulim	...	85.529	39.536	5.536.096,00
Calcário	491.866	501.558	399.559	3.747.094,90
Ferro	51.138.570	40.816.123	40.165.000	666.796.179,00
Granito (m³)	530	530	28.829	1.598.016,00
Manganês	2.136.591	2.136.591	905.241	49.121.813,00
Ouro (Kg)	10.879	19.333	18.774	211.453.652,73
Quartzito	145.971	58.295	58.295	794.411,23

Fonte: DNPM ; Tabulação: SEPLAN / ESTATÍSTICA

(4) **Exportação**

Principais Produtos de Exportação – 1997-98

Produto	1997		1998	
	Peso (Kg)	Valor em US\$ 1,00	Peso (Kg)	Valor em US\$ 1,00
Hematita	40.494.493.500	727.277.614	40.889.396.000	749.019.247
Bauxita	4.339.429.180	110.907.933	4.279.847.630	112.909.026
Caulim Lav. ou Beneficia	755.307.550	83.342.529	960.168.122	105.336.095
Pimenta	11.686.639	49.217.692	16.490.692	73.741.329
Min. de Manganês	583.152.040	30.211.299	814.308.320	41.855.484
Castanha do Brasil	10.621.601	19.930.447	9.262.977	15.465.015
Camarões Congelados	1.471.116	18.264.002	2.225.287	23.725.643
Peixes	346.121	1.263.070
Cacau em Amêndoas, Crú	75.000	117.750
Alumínio Não Ligado	356.540.064	553.092.109	333.145.367	450.546.424
Madeira	688.024.414	330.540.341	502.441.845	254.944.493
Ouro em Barra/Fios	11.629	123.840.590	8.485	80.465.307
Pasta Química de Madeira	116.467.837	43.320.219	248.447.496	83.590.319
Ferro-Gusa	277.320.000	39.887.679	219.163.000	31.340.956
Outros Silícios	26.484.000	27.949.400	14.180.000	14.897.200
Óleo de Dendê Bruto (Palma)	30.233.217	15.294.329	26.171.963	15.664.892
Palmitos em Conserva	2.339.936	12.118.138	2.296.789	11.105.107
Couros em Peles	858.235	1.975.474	611.270	913.055
Suco de Outras Frutas	441.836	1.295.443	56.329	166.568
Tecido de Juta Crú	1.228	3.125
Tecido de Lâmina Sintética	220.633	664.091	112.460	339.824
Óxido de Alumínio	326.205.280	64.312.145	623.502.740	120.763.672
Alumina Calcificada	31.398.040	6.279.608
Hidroxido de Alumínio	8.744.940	1.108.858
Outros Produtos	13.513.235	9126.832	32.216.356	13.583.766
Lagostas	325	8.522
Pedras Preciosas	1.331	6.838
Total	48.035.170.947	2.263.849.861	49.014.271.108	2.207.879.638

Fonte: MITC – SECEX-D.T.I.C Tabulação: SEPLAN/CEE

(5) Estabelecimentos

Número de Estabelecimentos, Por Setor Econômico -1996-97

Setor Econômico	Nº de Estabelecimentos	
	1996	1997
Primário	5.866	6.182
Indústria	11.916	12.916
Comércio Atacadista	10.456	9.593
Comércio Varejista	75.424	69.538
Serviços	16.676	17.672
TOTAL	113.589	122.650

Fonte: SEICOM ; Tabulação: SEPLAN/ESTATÍSTICA

(6) Perfil dos Assentamentos do Para

Distribuição dos Assentamentos

Locação	Area dos Assent.(ha)	No. Assent.	No. Famílias	População Estimada*
---------	----------------------	-------------	--------------	---------------------

Brasil	14,179,110 (100%)	2356 (100%)	373,220 (100%)	1,492,880 (100%)
Para	5,730,220 (40%)	368 (16%)	97,556 (26%)	361,580 (24%)
(SR1)	(2,407,068)	(102)	(31,667)	(126,668)
(SR2)	(3,343,152)	(266)	(65,889)	(234,912)
Maraba MR	492,209 (3.5%)	76 (3.3%)	12,087 (3.2%)	48,350 (3.2%)

Fonte INCRA 2001, SR1 Norde do Para, SR2 Sul do Para; * 4 Persoes/ Familia
Mapa dos Assentamentos (INCRA 2001)

Referências Bibliográficas

1. Brasil Almanaque 2000, IBGE, 2000.
2. Nosso Pará - A Economia dos Contrastes, Nosso Pará No.3 , 1998.
3. Para Business - Sul e Sudest do Pará, Pará Business, No.2 , 2000.
4. Geografia do Brasil, Região Norte, IBGE, 1995.
5. Pará Desenvolvimento, IDESP, 1992.
6. Pará Desenvolvimento: Informacao A Base do Planejamento, IDESP, 1996.
7. O Cenário, O Plano e Os Orçamentos, HP Federal, 2000.
8. O Pará no Século XXI: Oportunidades para o Desenvolvimento Sustentável, IMAZON, 1998.
9. Estatísticas do Pará, HP Federal, 2000.
10. The Agrarian Reform in the Government of Fernando Henrique Cardoso, Office of the Minister Extr.for Land Policies, 1998.
11. Atividades do INCRA 1995-1999, INCRA 2000.
12. Nosso Pará - Coleção Especial Áreas Indígenas no Estado do Pará, Nosso Pará 2000.